

Considerações sobre **Instrumentos de Avaliação de Sustentabilidade** de Destinos Turísticos¹

ITAMAR DIAS E CORDEIRO * [itamar_cordeiro@yahoo.com.br]

NATHÁLIA KÖRÖSSY LEITE ** [nathaliakorossy@gmail.com]

MARIA DO ROSÁRIO PARTIDÁRIO *** [mrp@civil.ist.utl.pt]

Resumo | Colocado como o principal desafio da humanidade ao longo do século XXI, o desenvolvimento sustentável configura-se cada vez mais como um objectivo a ser perseguido pelas actividades económicas. Com o turismo, uma das principais actividades económicas a nível mundial, não é diferente. Procurando justamente assegurar a sustentabilidade da actividade surgem algumas ferramentas que se dizem preparadas para avaliar a sustentabilidade da actividade a partir de uma perspectiva objectiva. Neste artigo apresentam-se os resultados de uma investigação no âmbito da qual se procedeu à revisão destas metodologias para verificar se as mesmas cumprem com os requisitos mínimos que se espera ver presentes em instrumentos desta natureza. Faz-se uma reflexão sobre as suas respectivas virtudes e deficiências, tomando-se como referência os Princípios de Bellagio.

Palavras-chave | Indicadores de Turismo Sustentável, Avaliação de Sustentabilidade.

Abstract | Considered as the main goal of the 21st century, the sustainable development is broadly pursued by the economics activities and with tourism, one of the most important economical activities at the global level, occurs like that. Aiming to assure the sustainability of the activity, some tools appear characterizing themselves as capable to analyse the sustainability of tourism destinations from an objective perspective. This paper aims to review five of these methodologies in order to identify if it fulfills the minimum requirements that are expected to be observed in tools of this type. It was made a reflection about its respective virtues and deficiencies using the Bellagio's Principles as reference.

Keywords | Sustainable Tourism Indicators, Sustainable Assessment.

¹ Com o apoio do Programa Alban, Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para América Latina, bolsa n.º E06M103221BR e bolsa n.º E06M103208BR.

* **Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental** pela Universidade Nova de Lisboa e **Analista** da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Pernambuco (CPRH).

** **Mestre em Geografia** pela Universidade de Lisboa e **Professora** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

*** **Doutorada em Avaliação Ambiental Estratégica** pela Universidade de Aberdeen (Reino Unido) e **Professora Associada com Agregação** no Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

1. Introdução

A contribuição da actividade turística para o desenvolvimento económico parece ser um consenso; e não é sem fundamento. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o volume turístico internacional em 2003 foi de aproximadamente 700 milhões de pessoas e a receita gerada alcançou os U\$ 483 biliões². Ainda de acordo com a OMT, entre 2003 e 2004, foi observado um aumento de 10% no fluxo médio de turistas à escala mundial, tendo estas taxas seguindo crescendo entre 2004 e 2006. Os oito primeiros meses de 2006 registaram 578 milhões de desembarques internacionais em todos os continentes, em comparação com os 533 milhões no mesmo período em 2005, ou seja, um aumento de 4,5%. Confirmando as previsões, o ano de 2007 apresentou um aumento de 4,1% referente ao mesmo período; ou seja, foi o quarto ano consecutivo de crescimento da actividade a nível mundial. Ainda de acordo com as projeções da OMT, a tendência é de que haja um acréscimo significativo neste fluxo para os próximos anos. Em nível europeu, CE (2007) identifica que o turismo é, directa e indirectamente, responsável por cerca de 10% do PIB e por 20 milhões de postos de trabalho.

Contudo, a despeito dos dados e cifras, é preciso considerar que o turismo, em sua rápida expansão, também pode ser responsável por impactes ambientais adversos. Estas reflexões emergem a partir de uma crescente sensibilização em relação à qualidade ambiental, face aos efeitos de degradação das qualidades do ar e da água, degradação paisagística, ecológica, social e cultural que o turismo de massas provocou em muitos locais. Diante deste modelo indesejável de desenvolvimento turístico surgem, no final da década de 80, as primeiras cogitações sobre a necessidade de se desenvolver um novo modelo de turismo (Moniz, 2006). A partir de então, e ao longo da década de 1990, amadurece a noção de sustentabilidade no sector do turismo.

Considerado como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (UNEP/UNWTO, 2005), a ideia de turismo sustentável surge na sequência do conceito de Desenvolvimento Sustentável difundido pelo Relatório Brundtland em 1987 (Moniz, 2006; UNWTO, 2004).

Apesar do pressuposto de que a actividade turística pode contribuir significativamente para o processo de desenvolvimento sustentável (CE, 2007), o facto é que as tentativas de auferir a sustentabilidade da actividade são feitas sem referência a quaisquer padrões ou critérios que suportem as afirmações (Ko, 2005). Em termos concretos, isto significa que se o discurso do turismo sustentável não vier acompanhado de ferramentas que possam atestá-lo, o termo torna-se, como diriam Ko (2005) e Garrod e Fyall (1998): uma propaganda, um jargão para planeadores e políticos, um tema para conferências, um *slogan* para activistas ambientais e do desenvolvimento.

O que se observa, quando se tratam de exercícios de avaliação da sustentabilidade do turismo, é que os mesmos são, na sua maioria, desenvolvidos com base em julgamentos subjectivos (Ko, 2005). Embora tais abordagens sejam legítimas e apresentem considerações úteis, há que se reconhecer, por outro lado, que ferramentas com a capacidade de avaliar a sustentabilidade a partir de uma perspectiva mais objectiva, utilizando critérios/categorias de análise passíveis de serem replicados, são igualmente necessárias. As medições, como referem van Bellen (2005); Moran *et al.* (2008) são indispensáveis para que um modelo se torne operacional. É por este motivo que o processo de avaliação se torna particularmente útil, pois, como sugere van Bellen (2005), “pode ajudar a transformar a preocupação com a sustentabilidade numa ação pública consistente”. Com efeito, é somente através

² Os dados apresentados referem-se aos disponibilizados no “Barómetro do Turismo Mundial” (<http://www.unwto.org>).

da avaliação que se pode distinguir se o caminho trilhado é o correcto (Moran *et al.*, 2008).

Neste sentido, é útil e necessário ter claro e organizado as diferentes ferramentas existentes que procuram mensurar a sustentabilidade do desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva objetiva (van Bellen, 2005). É precisamente este o *objectivo* do presente artigo: analisar instrumentos de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos, de modo a verificar se os mesmos cumprem com os requisitos mínimos que se esperam ver presentes em ferramentas desta natureza. Do ponto de vista metodológico, foram seleccionados 5 instrumentos de avaliação que foram analisados a partir de 3 categorias de análise elaboradas com base nos Princípios de Bellagio.

2. Turismo sustentável e a necessidade de avaliação

O adopção do conceito de desenvolvimento sustentável marca o início de uma nova era no entendimento do que vem a ser desenvolvimento (Wilson *et al.*, 2007). A noção de que o desenvolvimento deve abarcar mais que simplesmente o crescimento económico coloca o conceito na base do planeamento e gestão da vida presente e futura (CE, 2007) e, a partir daí, passa a exercer influência sobre muitas actividades económicas.

No entanto, a existência de um desenvolvimento sustentável só pode ser atestada se for passível de ser mensurada (Foladori, 2005). É neste sentido que a procura pela sustentabilidade requer instrumentos que possam avaliar o progresso alcançado e que, ao mesmo tempo, possam orientar decisões e políticas, despertar a consciência social e aumentar a participação pública (Graymore, 2005). Em outras palavras, para constatar se realmente o desenvolvimento sustentável está no rumo correcto, torna-se imperativo mensurá-lo e para tanto, os

tradicionais mecanismos que analisam unicamente a vertente económica, são insuficientes (Wackernagel e Rees, 1996).

Há que reconhecer que avaliar o desenvolvimento sustentável não é tarefa fácil. Isto porque, segundo van Bellen (2005), é necessário uma ferramenta que tenha condições de capturar toda a complexidade do desenvolvimento, sem reduzir a significância de cada um dos âmbitos utilizados no sistema. É diante desta necessidade que emergem novas estruturas de análise para reunir, processar e utilizar informações que permitam avançar rumo à sustentabilidade (Wilson *et al.*, 2007). De acordo com Farsari e Prastacos (*apud* Graymore, 2005), entre os principais propósitos dos métodos de avaliação de sustentabilidade estão: apontar onde há potenciais problemas e fraquezas que ameaçam a sustentabilidade; avaliar o desempenho das actividades em relação aos objectivos da sustentabilidade; auxiliar os processos de desenvolvimento de políticas e tomada de decisão.

Assim, se o desenvolvimento sustentável é um dos principais objectivos da indústria do turismo, então a mesma precisa estar apta para medir o seu desempenho neste campo (Ko, 2005). É para cumprir este papel que surgem os instrumentos de avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos.

3. Instrumentos de avaliação de sustentabilidade do turismo

Desde o Relatório Brundtland, a comunidade académica, os governos, as organizações não-governamentais (ONG) e as organizações internacionais (separadamente ou em conjunto), se têm esforçado para converter as intenções teóricas subjacentes ao desenvolvimento sustentável em acções práticas (Ko, 2001).

Entre os instrumentos que se apresentam vocacionados para avaliar a situação específica da

sustentabilidade no turismo, foram escolhidos cinco para serem analisados no âmbito deste artigo. São eles:

- i. O *Destination Scorecard* do *National Geographic Traveler*;
- ii. A Pegada Ecológica do Turismo (*Tourism Ecological Footprint*);
- iii. O Barómetro de Sustentabilidade do Turismo (*Barometer of Tourism Sustainability*);
- iv. O Sistema de Indicadores da Organização Mundial de Turismo (UNWTO) e;
- v. O *Core Set Indicators (CSI) of Sustainable Tourism* do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat).

Procede-se a uma breve apresentação de seus respectivos pressupostos e lógicas de funcionamento para, em seguida, analisá-los à luz dos Princípios de Bellagio.

3.1. *Destination scorecard* do *National Geographic Traveler*

Desde que o *boom* de viagens começou após a II Guerra Mundial, problemas ambientais, sociais e culturais provocados pelo turismo de massa têm posto em risco a integridade de destinos turísticos em todo o mundo. Diante deste facto, quais os destinos turísticos que têm conseguido proteger-se contra estas ameaças e quais os que têm falhado? É esta pergunta que o *Destination Scorecard* procura responder.

Desenvolvido no âmbito do *National Geographic's Sustainable Tourism Initiative* em parceria com a *Leeds Metropolitan University* (Inglaterra), trata-se de uma ferramenta que tem como objectivo avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos com base em 6 critérios que analisam a integridade cultural, ambiental e estética de 115 destinos turísticos mundialmente conhecidos.

A análise é feita com base no veredicto de um painel com mais de 200 peritos das mais diversas

áreas (geografia, fotografia, ecologia, história, antropologia, arqueologia, turismo sustentável, planeamento regional), todos suficientemente bem viajados e com boas bases para compararem os destinos entre si (Tourtellot, 2007). Os critérios de integridade na seriação dos 115 destinos turísticos mundiais utilizados pelos painelistas na sua avaliação sobre a sustentabilidade dos destinos turísticos são (Partidário, 2004): a qualidade ambiental e ecológica do destino; a integridade social e cultural; as condições do património construído (arqueológico, histórico e estruturas existentes); a atractividade estética (tanto do património natural como do construído); a qualidade da gestão turística (características do desenvolvimento turístico: carácter apropriado; benefícios para a população local que encorajem a protecção do local; informação aos turistas sobre o local e o seu papel nesse destino); e a perspectiva futura para o destino em termos de sustentabilidade tendo em consideração as práticas dominantes e as políticas de salvaguarda.

Com base nestas questões avaliam-se os diversos destinos a partir de uma escala de pontos que vai de 1 (catastrófico) a 10 (sustentável). A partir destes critérios, obtém-se um *ranking* dos destinos turísticos mais sustentáveis. Para locais onde os peritos discordem amplamente, faz-se uso de um segundo *round* de pontuação onde são trocados comentários adicionais sobre os destinos em questão, seguida de nova sessão de pontuação.

Em 2004 o *Destination Scorecard* apontava que entre os destinos turísticos mais sustentáveis do mundo estavam, em primeiro lugar, os *fjords* da Noruega, em 8.º lugar o centro histórico de Salzburg (Áustria) e em 9.º lugar o Parque de Yellowstone (Estados Unidos). Entre os destinos classificados como medianos, estão as ilhas Galápagos (Equador), a Grande Barreira de Corais (Austrália) e a Grande Muralha (China), em 13.º, 14.º e 21.º lugares, respectivamente. Entre os destinos consideradas "menos sustentáveis", estão as Pirâmides de Gizé (Egipto) em 29.º lugar, a Região turística do Algarve

(Portugal) em 33.º lugar, e a Costa do Sol (Espanha), em 37.º lugar (última colocação do *ranking*).

3.2. *Core set indicators (CSI)* para o desenvolvimento sustentável do turismo da Eurostat (*CSI* da Eurostat)

Segundo EC (2002), para se avaliar a condição de um destino turístico é preciso utilizar indicadores. Reconhecendo a necessidade da actividade se desenvolver de forma sustentável, a Eurostat organizou um conjunto de indicadores próprio para o efeito.

A delimitação do *CSI* foi obtida a partir de várias etapas. A primeira delas foi uma revisão da literatura já existente sobre o assunto, através da qual foram analisados materiais de organizações como *European Environment Agency* (EEA), *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD) e *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO), bem como relatórios de países com trabalhos relevantes no campo de indicadores de sustentabilidade do turismo, como Espanha, Grã-Bretanha e Áustria. Este material foi complementado com pesquisas em bibliotecas e na *internet* que resultaram em aproximadamente 30 livros e relatórios de interesse. Como resultado desta fase, foi gerada uma lista preliminar com mais de 200 potenciais indicadores.

Contudo, como identifica a própria EC (2006), o número limitado de indicadores, fáceis de manusear, foi um dos critérios sobre os quais foi construído

o *CSI*. Assim, a partir da primeira aproximação, os indicadores foram submetidos a uma série de critérios de selecção, tais como: relevância para expressar as relações entre turismo e ambiente; compreender diferentes áreas dentro do modelo DPSIR³; disponibilidade de dados; e ser adequado para diferentes escalas geográficas.

Numa segunda fase, esta lista foi submetida a um conjunto de peritos da EEA, OECD e UNWTO, que fizeram considerações sobre os indicadores apresentados. A partir destas intervenções foi definido o conjunto de 20 indicadores que compõem o *CSI* para avaliação da sustentabilidade do turismo. Numa terceira e última fase, este conjunto de indicadores foi então testado num exercício-piloto em alguns destinos turísticos da Suécia, Espanha, Áustria e Hungria.

Em termos gerais, o que se pode dizer do *CSI* da Eurostat é que se trata de uma compilação dos indicadores mais frequentes utilizados em outros sistemas de indicadores sobre turismo sustentável.

3.3. Indicadores da Organização Mundial de Turismo (UNWTO)

Assente na premissa de que os indicadores são uma via para minimizar, ou mesmo suprimir a subjectividade presente em muitas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a Organização Mundial de Turismo (UNWTO) vem, desde 1992, trabalhando no sentido de desenvolver e implementar indicadores que possam auxiliar no processo de desenvolvimento sustentável de destinos turísticos.

O primeiro manual sobre indicadores de sustentabilidade do turismo produzido pela Instituição foi editado em 1995/96, resultado de testes-piloto no Canadá, Estados Unidos, México, Holanda e Argentina (UNWTO, 2004). Desde então, tem havido em todo o mundo diversos *workshops* e estudos de caso onde os participantes têm aprendido sobre a aplicação dos mesmos e contribuído para avançar com a metodologia. Este processo de melhoramento

³ Uma ferramenta utilizada para seleccionar os indicadores relevantes que iriam compor o *CSI* foi a estrutura de avaliação integrada para análise de dados sobre actividades humanas e ambiente, também conhecido como modelo DPSIR (*Driving forces, Pressure, State, Impact and Responses*) desenvolvido pela EEA a partir do conhecido modelo PSR (*Pressure, State, Response*) da OECD e considerado um dos sistemas de indicadores mais aceites a nível mundial. O esquema DPSIR pode ser utilizado para descrever as relações entre as causas e as consequências dos problemas ambientais, de modo a interpretar a sua dinâmica e a pôr em relevo as ligações entre os elementos em causa.

contínuo culminou com a publicação, em 2004, do *guidebook* sobre indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos.

Segundo a UNWTO (2004), tanto o manual quanto os indicadores foram concebidos com o intuito de ajudar os administradores do turismo a obter e usar a melhor informação possível como suporte para uma tomada de decisão que observe o desenvolvimento sustentável do turismo. Estes indicadores são divididos em diferentes tipos e definidos para diferentes escalas. A sua aplicação varia consoante o nível de actuação e o tipo de impactes que se pretenda avaliar.

Ainda de acordo com a UNWTO (*op cit*), existem diferentes tipos de indicadores, cada um com utilidades diferentes para os tomadores de decisões. Ainda que muitos dos indicadores sejam utilizados para ajudar a prever problemas e ameaças, ainda existem: indicadores de aviso prévio como, por exemplo, a diminuição no número de turistas que tem intenção de retornar ao destino; indicadores de *stress* do sistema tais como índices de criminalidade; indicadores do estado do sector, como taxa de ocupação e satisfação do turista; indicadores do impacto do desenvolvimento do sector sobre o ambiente biofísico e socio-económico tais como taxas de desmatamento e mudança nos padrões de consumo das comunidades locais; indicadores de esforços de manejo como custo de limpeza da contaminação costeira; ou resultados sobre a efectividade de gestão que apontem para resultados ou desempenhos, tais como mudanças nos níveis de poluição.

Os indicadores da UNWTO analisam aspectos como: bem-estar das comunidades receptoras; aspectos culturais; participação da comunidade no desenvolvimento do turismo; satisfação do turista; saúde e segurança; benefícios económicos oriundos do turismo; protecção dos valores naturais; gestão de recursos naturais escassos; impactes do turismo associados à geração de resíduos e poluição (do ar, sonora e visual); controlo das actividades turísticas; planeamento do destino; desenho de produtos

e serviços; e a sustentabilidade de serviços e operações turísticas.

3.4. Barómetro de Sustentabilidade do Turismo (BTS)

O Barómetro de Sustentabilidade do Turismo (*Barometer of Tourism Sustainability – BTS*) é uma adaptação feita por Ko (2001, 2005) ao já conhecido Barómetro de Sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*) desenvolvido originalmente por Prescott-Allen. Não tem, portanto, nenhuma relação com o “Barómetro do Turismo” publicado regularmente pela Organização Mundial de Turismo (UNWTO), com a função de monitorar e oferecer informações relevantes sobre a evolução do sector em curto prazo.

Para Ko (2005), um destino turístico é uma atracção turística (seja ela artificial ou natural) incluindo o sistema humano e o ecossistema, influenciado por actividades turísticas. Assim, para que o destino seja sustentável, estes dois sistemas devem ser simultaneamente sustentáveis. É neste sentido que, tendo em conta a sua potencialidade para avaliar tais dimensões, Ko (2001, 2005) recomenda que o Barómetro de Sustentabilidade do Turismo é a melhor opção para avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos.

Desenvolvido por especialistas do *World Conservation Union* (IUCN) e do *International Development Research Centre* (IDRC), o Barómetro de Sustentabilidade tem como objectivo fundamental medir a sustentabilidade (van Bellen, 2005). Originalmente a metodologia utiliza escalas de desempenho que vão de óptimo a péssimo para avaliar os níveis de bem-estar social e do ecossistema. Ambos os sistemas (social e ecológico) são avaliados a partir de indicadores que procuram analisar tanto o bem-estar da sociedade (através de questões como: bem-estar individual, saúde, educação, desemprego, pobreza, rendimentos, crime) como o estágio de conservação dos recursos naturais.

Uma das características mais destacadas deste instrumento é sua capacidade de posicionar determinada sociedade (ou destino turístico no caso do BTS) no contexto do desenvolvimento sustentável. Ao utilizar uma escala de desempenho (1-20, insustentável; 21-40, potencialmente insustentável; 41-60, intermediário; 61-80, potencialmente sustentável; 81-100, sustentável) o instrumento possibilita, segundo Ko (2005), interpretar o desenvolvimento para além do meramente “sustentável” ou “insustentável”.

Em suma, o Barómetro de Sustentabilidade é uma ferramenta que combina indicadores estabelecendo uma escala indiciada a duas dimensões fundamentais: o ecossistema e o sistema humano. Estas dimensões são apresentadas através de uma representação gráfica bidimensional, procurando facilitar a compreensão e dar um quadro geral do estado do meio ambiente e da sociedade.

O principal mérito destacado pelos seus proponentes está na capacidade de a ferramenta tratar igualmente pessoas e ecossistemas; isto porque utiliza um sistema de avaliação com 2 eixos que asseguram que um aumento da qualidade ambiental não mascare, por exemplo, um declínio do bem-estar da sociedade ou vice-versa (van Bellen, 2005). Será, portanto, a interseção entre estes dois eixos que fornecerá o grau de sustentabilidade do destino turístico estudado.

A adaptação proposta por Ko (2001; 2005) procura aplicar a metodologia para avaliar a sustentabilidade de um destino turístico em vez de um país baseado na premissa de que, em essência, um destino turístico é um espaço geográfico com ecossistemas e com um sistema humano (as duas componentes trabalhadas pela metodologia). Portanto, o Barómetro de Sustentabilidade do Turismo, vale-se dos mesmos pressupostos e

funciona tal e qual o instrumento que lhe deu origem. Utiliza uma escala de desempenho, indicadores e a mesma representação gráfica bidimensional, que irá fornecer a medida de (in)sustentabilidade do destino turístico.

Para o caso específico dos destinos turísticos, Ko (2001) sugere que o Barómetro de Sustentabilidade se deve preocupar em analisar indicadores que representem aspectos políticos, económicos, socioculturais, os impactes ambientais da actividade e a qualidade da experiência do turista. Contudo, embora o defenda enquanto “um modelo útil e prático para avaliar a sustentabilidade do turismo” (Ko, 2005), não facultava informações sobre que indicadores são os mais adequados, nem apresenta quaisquer aplicações práticas deste instrumento no sentido estrito de avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos⁴. Trata-se, portanto, de um instrumento ainda num estágio bastante precoce de desenvolvimento e que ainda não dispõe de resultados práticos que comprovem a utilidade do mesmo.

3.5. Pegada ecológica do turismo

Considerado como um dos instrumentos de avaliação de sustentabilidade mais lembrados pelos especialistas, conforme identificado por van Bellen (2005), a Pegada Ecológica é, apesar das críticas, a metodologia mais recomendada quando se trata de comparar a demanda humana sobre a biosfera com a capacidade da Terra de a sustentar (Moran *et al.*, 2008). Trata-se de um instrumento sobre o qual alguns autores depositam grandes esperanças no sentido de avaliar a sustentabilidade do turismo.

A Pegada Ecológica (*Ecological Footprint Method* – EFM) é uma ferramenta desenvolvida para medir a sustentabilidade ecológica de um determinado sistema através da contabilização dos fluxos de matéria e energia existentes numa determinada economia, convertendo-os em áreas de terra ou água produtivas. Trata-se, segundo os seus

⁴ O desenvolvimento dos indicadores, bem como a aplicação prática da metodologia é justamente o tema da tese de Doutoramento do referido autor que tem como objectivo comprovar a utilidade do Barómetro de Sustentabilidade enquanto ferramenta de avaliação da sustentabilidade de destinos turísticos.

autores, de uma ferramenta que procura auxiliar o planeamento rumo à sustentabilidade (Wackernagel e Rees, 1996).

Genericamente, a Pegada Ecológica constitui uma forma de medir o impacte humano na Terra, exprimindo as áreas de mar e terra necessárias para produzir a energia/materiais utilizados e para assimilar os resíduos gerados por uma dada unidade de população, que pode ser um indivíduo, uma comunidade, uma actividade económica, uma região, um país ou mesmo a população mundial (Wackernagel e Rees, 1996). Ou seja, pode-se dizer que a Pegada Ecológica determina a exigência humana sobre a natureza no que respeita à área terrestre e aquática, biologicamente produtiva, necessária para a disponibilização de recursos ecológicos e serviços – alimentos, fibras, madeira, terreno para construção e terrenos para a absorção do dióxido de carbono (CO₂) emitido pela combustão de combustíveis fósseis (Hunter, 2002). Para tanto, trata de i) contabilizar os fluxos de matéria e energia que entram e saem de um sistema económico e ii) converter estes fluxos em área correspondente de terra ou água existentes na natureza para sustentar este sistema.

A partir desta lógica, a metodologia da Pegada Ecológica foi aplicada em inúmeras ocasiões, a diversas escalas, para medir o impacte das mais variadas actividades humanas. Seus próprios proponentes reconhecem e estimulam que a mesma seja adaptada para os mais inusitados exercícios de avaliação de sustentabilidade (Wackernagel e Rees, 1996). Foi precisamente isto que fizeram alguns investigadores no campo do turismo.

Gössling *et al.* (2002), calcularam os consumos/resíduos associados à actividade a partir de 4 categorias: transportes, alojamentos, actividades, e alimentação e consumo de fibras. Chegaram à conclusão de que a actividade turística naquele destino seria sustentável, uma vez que a Pegada Ecológica do Turismo seria menor que a capacidade do ecossistema em fornecer/assimilar os recursos utilizados.

Já WWF-UK (2002) analisaram dois destinos de viagens (Maiorca e Chipre), a partir de 9 categorias: água, resíduos, alojamentos, alimentação, viagem de/para o aeroporto, viagem aérea até ao destino, aluguer de carros, excursões e consumo energético do hotel. Nos dois destinos, os autores encontraram uma Pegada Ecológica maior que a capacidade de fornecimento/absorção dos recursos utilizados pelo turismo, tendo classificado a actividade, tanto em Maiorca como no Chipre, de insustentável.

4. Categorias de análise utilizadas

Tendo em conta que o turismo sustentável se alicerça sobre o conceito de sustentabilidade e dado a falta de consenso sobre o último (EC, 2006; van Bellen, 2005), desde logo fica evidente que estudar instrumentos de avaliação de sustentabilidade é um exercício passível de se tornar arbitrário. Por esta razão, a utilização de um marco conceptual que possa servir como baliza e que possibilite minimizar a margem de subjetividade é de suma importância.

Dentre as iniciativas existentes no sentido de facilitar o processo de desenvolvimento de mecanismos de avaliação rumo à sustentabilidade, os Princípios de Bellagio para a Avaliação, ou simplesmente Princípios de Bellagio⁵, figuram entre os mais mencionados e recomendados (van Bellen, 2005; Ko, 2005; Graymore, 2005). Na sua formulação original, os Princípios de Bellagio não são concebidos especificamente para o turismo; embora, segundo Ko (2005), sejam perfeitamente aplicáveis ao processo de avaliação da sustentabilidade da actividade.

⁵ Originado em Novembro de 1996, quando um grupo de especialistas e investigadores em avaliação de todo o mundo se reuniram no Centro de Estudos e Conferências da Fundação Rockefeller em Bellagio (Itália) para rever os dados e as diferentes iniciativas de avaliação de sustentabilidade até aquela data, os Princípios de Bellagio acabaram por servir como um guia de boas práticas para avaliar o desenvolvimento sustentável (Graymore, 2005).

Assim, considerando que sintetizam a percepção geral sobre os aspectos relacionados com a avaliação do desenvolvimento sustentável e tendo em conta a inexistência de uma carta de princípios semelhante específica para destinos turísticos, entendeu-se que os princípios de Bellagio serviriam como a maneira mais clara e objectiva de verificar se os instrumentos anteriormente citados encontram-se aptos para avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos.

Assim, a partir dos Princípios de Bellagio, foram elaboradas três categorias a partir das quais os 5 instrumentos foram analisados. São elas: i) visão de sustentabilidade; ii) comunicação efectiva e; iii) capacidade de apoio à decisão.

4.1. Visão de desenvolvimento sustentável

O primeiro passo para o desenvolvimento de um sistema de avaliação da sustentabilidade é a definição do conceito/visão de desenvolvimento sustentável. Isto porque o sucesso de qualquer processo de avaliação está fortemente vinculado a uma definição clara do objecto em análise, uma vez que quanto mais claros e definidos estiverem os conceitos, maior precisão (ou menor chances de distorções) se conseguirá. Assim, para cumprir com seus propósitos, um instrumento voltado para avaliar a sustentabilidade do turismo deve ter, antes de mais nada, uma visão bastante clara do que vem a ser desenvolvimento sustentável.

Assim, considerando que uma definição clara é necessária para evitar confusões ou equívocos, algo muito comum neste campo de investigação (Ko, 2005), se utilizou como referência a definição de sustentabilidade mundialmente mais conhecida e aceite: a do Relatório Brundtland. No entender de Sadler (1999) e Foladori (2005), são duas as características intrínsecas nesta definição: i) a preocupação com as futuras gerações e ii) a preocupação com as dimensões social, económico e ambiental. Observou-se, pois, estas duas

características para chegar à conclusão acerca da visão de sustentabilidade presente nos instrumentos analisados.

4.2. Comunicação efectiva

Considerando que o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável é uma questão de escolha (Parris e Kates, 2003) e que a mudança só é possível com a participação pública (Hardi e Zdan, 1997), é evidente que a população somente poderá participar e optar pelo desenvolvimento sustentável na medida em que se encontrar devidamente informada.

Hardi e Zdan (1997), por exemplo, reconhecem que a comunicação dos resultados é fundamental em qualquer ferramenta de avaliação da sustentabilidade, uma vez que encoraja a adopção de diferentes atitudes e opções de desenvolvimento em processos sustentáveis. Comunicar, no entanto, não é apenas transmitir a mensagem ao público, mas é fazê-la de maneira inteligível. Transmitir uma mensagem confusa ou indecifrável, ainda que de forma eficiente, em nada colabora para o processo de desenvolvimento sustentável. Considerando que a apresentação de miríades de dados e informações complexas e codificadas pode levar ao desinteresse da população, o desafio que surge é o de como apresentar essas informações de uma forma simples, elegante e efectiva sem comprometer a complexidade subjacente (van Bellen, 2005).

Quando se fala em “apresentar”, refere-se ao sentido literal da palavra, ou seja, o aspecto visual da mensagem transmitida. Para serem úteis, os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo precisam ser capazes de comunicar de forma visualmente clara e concisa (UNWTO, 2004; Hardi e Zdan, 1997). Tendo em conta estas considerações, nesta categoria de análise cada instrumento foi observado quanto às suas capacidades de comunicar visualmente os resultados e a clareza da mensagem transmitida.

4.3. Capacidade de apoio à decisão

Independentemente do tipo de medição utilizado, as funções dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade serão sempre as mesmas e estão ligadas ao embasamento da tomada de decisão. Para van Bellen (2005), a relevância das informações geradas para a política e para o processo de tomada de decisões chega mesmo a ser uma das características mais importantes deste tipo de instrumento.

Assim, torna-se igualmente relevante, para além de reflectir sobre a relação dos instrumentos de avaliação com o público (conforme discutido na secção anterior), verificar como estes instrumentos facilitam a informação a um grupo específico de actores: os tomadores de decisões (UNWTO, 2004). Isto porque a este grupo cabe um papel fundamental no processo de desenvolvimento sustentável do turismo: analisar a realidade e, face às alternativas existentes, optar por aquelas que melhores hipóteses terão em conduzir o turismo rumo à sustentabilidade.

Tendo em vista que as pessoas não podem responder com informações que não dispõem e não podem reagir com informações inadequadas, não há como seguir rumo ao desenvolvimento sustentável sem informações. Gerir um destino, sobretudo de forma sustentável, requer informações. Assim, entre outras coisas, um instrumento de avaliação de sustentabilidade para destinos turísticos precisa estar apto a facultar aos gestores as informações que estes precisam para tomarem as melhores decisões (UNWTO, 2005). Por outro lado, para serem úteis aos tomadores de decisão, é imperativo também que estas informações sejam simples (Hardi e Zdan, 1997). O facto de serem direccionadas ao mais alto nível de decisão não significa que devam ser complexas ou extremamente elaboradas.

Em suma, os tomadores de decisões necessitam de informações simples e representativas, com base nas quais possam delinear um quadro preciso das condições existentes num dado momento,

além de fazer projecções de cenários tendenciais e alternativos.

Disto, infere-se que, para ser útil à tomada de decisões, um instrumento de avaliação da sustentabilidade do turismo precisa atender a dois requisitos: ser *simplese gerar informação significativa*. Foram justamente estas as características observadas nesta categoria de análise. Assim, enquanto a *simplicidade* refere-se à clareza e à objectividade da informação gerada; a *significância* tem a ver com a capacidade da informação gerada ser relevante para o planeamento da actividade, nomeadamente no sentido de alertar para riscos que possam comprometer os objectivos de sustentabilidade do turismo.

5. Reflexão crítica acerca dos instrumentos de avaliação de sustentabilidade do turismo

Com base na lógica de funcionamento dos 5 instrumentos descritos e tomando-se como referência as categorias de análise elaboradas, procede-se à reflexão crítica de cada um destes instrumentos.

5.1. Visão de desenvolvimento sustentável

Segundo os Princípios de Bellagio, um instrumento de avaliação de sustentabilidade deve ter uma visão clara do que é desenvolvimento sustentável. Considerando-se que a visão de desenvolvimento sustentável aqui adoptada é a do Relatório Brundtland, pode-se afirmar que nenhum dos instrumentos aqui analisados a possuem.

Wackernagel e Rees (1996: 7) deixam bastante clara a visão de sustentabilidade presente na metodologia da Pegada Ecológica ao afirmarem que “se nós queremos viver sustentavelmente, devemos assegurar que usamos os produtos e

processos essenciais da natureza de forma não mais rápida do que eles possam ser renovados, e que não despejamos resíduos de uma forma não mais rápida do que eles possam ser absorvidos". O que se depreende é que a visão de sustentabilidade na Pegada Ecológica (e consequentemente na Pegada Ecológica do Turismo) é meramente de ordem biofísica e não aborda outras perspectivas como a económica ou a social.

De mesma opinião, Wilson *et al.* (2007), van Bellen (2005), van den Bergh e Verbruggen (1999) e Bossel (1999) entendem que a Pegada Ecológica considera apenas a questão dos recursos naturais e embora seus autores afirmem haver uma preocupação com a economia e a sociedade, a ferramenta não se ocupa destes campos. A preocupação com as futuras gerações também não é clara nesta metodologia. Embora se possa inferir que ao defender uma taxa de consumo menor que a capacidade de reposição/absorção do ambiente a metodologia apresente uma preocupação com a possibilidade das futuras gerações satisfazerem suas necessidades, isto não se encontra explícito⁶.

O *Destination Scorecard*, por seu turno, não adopta qualquer definição de sustentabilidade, e tão pouco recomenda um conceito a ser utilizado pelos seus painelistas. As interpretações acerca do que é desenvolvimento sustentável e turismo sustentável ficam a cargo de cada um dos peritos que podem adoptar várias definições. Sobre as dimensões da sustentabilidade presentes nesta ferramenta, constata-se que são analisadas ambiente e sociedade; não há, portanto, uma preocupação em medir o desenvolvimento económico proporcionado pelo turismo. Quanto à preocupação com o bem-estar das gerações futuras, também não está presente na metodologia.

Ao tratar unicamente dos níveis de bem-estar social e ambiental, a visão de sustentabilidade presente na metodologia do Barómetro de Sustentabilidade do Turismo, não contempla a dimensão económica. A proposta apresentada por Ko (2005) opta por ignorar a definição do relatório Brundtland e adopta uma definição própria, de modo que a sustentabilidade, na perspectiva da metodologia, se traduziria num equacionamento entre as componentes qualidade de vida e qualidade do ecossistema. Tal como nas metodologias anteriores, a preocupação com as futuras gerações não é explícita.

Embora recepcione claramente o conceito de desenvolvimento sustentável segundo o Relatório Brundtland, o que se depreende da análise do *CSI* da Eurostat é que o mesmo é demasiado focado na componente ecológica. O próprio documento que apresenta a ferramenta reconhece que o principal critério empregado na selecção dos indicadores que compõem o *CSI* foi a relevância que os mesmos tinham para analisar a relação entre turismo e ambiente (EC, 2006). Logo, o *CSI* sugerido pela Eurostat cai no mesmo equívoco dos instrumentos anteriores ao ignorar a dimensão social da sustentabilidade, uma vez que, dos 20 indicadores que compõem a ferramenta, apenas 1 (" % da população empregada no sector do turismo") apresenta uma preocupação de ordem social. Além disso, não são observados quaisquer indicadores que reflitam a preocupação com as futuras gerações. O *CSI* da Eurostat está fortemente preocupado com o estágio actual do ambiente.

Já o sistema de indicadores da UNWTO é, dos instrumentos aqui considerados, o que interpreta de forma mais apurada as dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiente, sociedade e economia). Contudo, cumpre ressaltar que, embora haja mais indicadores para avaliar a dimensão social do que no *CSI* da Eurostat, ainda assim, o foco das atenções perdura sobre o económico e o ambiental. Além disso, não há qualquer menção sobre a importância das futuras gerações no processo de análise da sustentabilidade.

⁶ Entende-se que a equidade inter-geracional está presente implicitamente na visão de sustentabilidade da Pegada Ecológica na medida em que ao advogar que os recursos devem ser utilizados numa perspectiva de não esgotamento a longo prazo, os mesmos estariam disponíveis para as gerações futuras.

5.2. Comunicação efectiva

A comunicação tem um papel fulcral na difusão do desenvolvimento sustentável e é por este motivo que, segundo os Princípios de Bellagio, a capacidade para comunicar de forma simples e consistente o estágio de sustentabilidade deve ser uma das prerrogativas de qualquer instrumento desenhado para avaliar a sustentabilidade.

De forma sucinta, poder-se-ia dizer que o objectivo final da comunicação para a sustentabilidade no sector do turismo é o dar a conhecer a situação existente em relação a um estágio de sustentabilidade desejável. Logo, se é verdade que medidas que visam o desenvolvimento sustentável têm maiores chances de sucesso quando são tomadas em co-responsabilidade com as comunidades locais (CE, 2007) e que o envolvimento destas últimas é decisivo para o sucesso da actividade (Simpson, 2001), é razoável supor que estas comunidades locais somente poderão colaborar na medida em que compreenderem adequadamente o quadro actual de (in)sustentabilidade.

No que concerne à Pegada Ecológica, embora se considere que a metodologia não apresenta uma visão adequada de desenvolvimento sustentável (conforme discutido na secção anterior), há que se reconhecer que possui uma forma bastante peculiar e interessante de a comunicar. Ao converter os padrões de consumo e geração de resíduos em quantidades de terra (apresentando como resultado que são necessários, por exemplo, dois ou três planetas Terra para suportar os padrões de consumo da humanidade) a ferramenta demonstra uma capacidade para sensibilizar e despertar a atenção do público (van Bellen, 2005). É possivelmente esta característica que, segundo van Bellen (2005), torna esta ferramenta tão largamente aceite entre investigadores, organizações públicas e organizações não-governamentais⁷. Boa parte deste poder comunicativo é igualmente facilitado pela possibilidade de converter os resultados em representações ilustrativas.

O mesmo se pode dizer do Barómetro de Sustentabilidade. Ainda que não disponha do mesmo potencial de sensibilização que a Pegada Ecológica, a representação gráfica proporcionada por esta ferramenta transmite de uma forma bastante simples e clara o estágio em que o destino turístico se encontra no seu percurso para a sustentabilidade.

O potencial comunicativo do *Destination Scorecard* também é evidente, pois comunica de forma clara e em linguagem simples se um destino é sustentável. Embora o método para avaliar a sustentabilidade seja discutível (*vide* secção anterior), há que se reconhecer que a metodologia possui grande potencial mediático. Julga-se ser este, aliás, o principal atributo do instrumento, uma vez que pode influenciar na imagem (positiva ou negativa) dos destinos, promovendo-os ou não.

Quanto aos demais instrumentos, estes não apresentam uma interface tão fácil de ser apreendida pelo público. O diagnóstico acerca do estágio de sustentabilidade nestas ferramentas encontra-se distribuído pelos vários indicadores de modo que o seu entendimento somente é possível nos casos em que ocorre a capacidade de sintetizar as informações transmitidas pelos diversos indicadores; o que, via de regra, não se aplica ao público. Ou seja, os sistemas de indicadores da UNWTO e da Eurostat não têm a mesma capacidade de comunicação sobre o estágio de sustentabilidade que os instrumentos anteriores; o que não significa que não cumpram as suas funções no que toca ao apoio às decisões. É o que se discute a seguir.

5.3. Capacidade de apoio à decisão

Entre outras funções, o que se espera de um instrumento de avaliação da sustentabilidade,

⁷ Embora van den Bergh e Verbruggen (1999) destaquem que a referida aceitação resulte mais de uma falta de análise crítica sobre a capacidade da ferramenta do que, propriamente, de seu potencial em responder àquilo a que se propõe.

na perspectiva dos Princípios de Bellagio, é que possa gerar informações úteis e fiáveis acerca do estágio de desenvolvimento de determinada realidade, identificando problemas e limitações, potencialidades e alternativas.

Dos instrumentos analisados, considera-se que os sistemas de indicadores da UNWTO e da Eurostat são aqueles que oferecem as informações mais úteis ao processo de tomada de decisões. Se, por um lado, não são visualmente tão atractivos como os demais instrumentos de avaliação (conforme visto na secção anterior), por outro, as informações presentes nestes instrumentos não se encontram condensadas na forma de um único índice. Isto possibilita uma noção sobre determinados aspectos pontuais, que por sua vez, permite detectar as variáveis que não estão a correr bem. Em outras palavras, o facto de apontar não só a dimensão(ões) da sustentabilidade que está(ão) deficiente(s), mas também qual(is) o(s) aspecto(s) desta(s) dimensão(ões) que não está(ão) bem, torna as informações geradas significativas ao processo de tomada de decisão, uma vez que permitem adequar ou corrigir o planeamento.

Quanto ao *Destination Scorecard*, verifica-se que é pouco útil ao processo de tomada de decisões. Embora a informação gerada por este instrumento seja simples e directa, não indica nada mais que uma posição num *ranking* e, em termos de auxílio ao planeamento, isso não diz muito. Trata-se de uma metodologia que visa apenas apresentar ao turista uma lista dos destinos turísticos considerados mais "sustentáveis", o que significa que não oferece informações passíveis de serem utilizadas no processo de tomada de decisão. No máximo, o que os gestores podem aproveitar da informação gerada por esta ferramenta é que o destino encontra-se mundialmente "mal-visto" ou "bem-visto" em termos de sustentabilidade, nada mais. Assim, entende-se que o *Destination Scorecard* é bastante eficaz em comunicar seus resultados, porém praticamente não tem serventia enquanto ferramenta de apoio à decisão.

O Barómetro de Sustentabilidade, por sua vez, foi concebido para gerar informação útil às agências governamentais e não-governamentais, tomadores de decisão e demais pessoas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento sustentável. Ao utilizar vários indicadores, a metodologia permite identificar aqueles sectores mais sensíveis que precisam de atenção. Ao mesmo tempo, a capacidade de agregar os indicadores para formar dois índices (que posteriormente serão plotados numa escala gráfica) possui a simplicidade necessária para que os gestores percebam onde se encontra o destino em sua busca pela sustentabilidade. Disto, infere-se que a ferramenta é útil ao processo de tomada de decisões, já que tem como alertar para alguns pontos críticos do destino. Por outro lado, recorde-se que a ferramenta trabalha apenas com as dimensões ecológica e social da sustentabilidade. Significa, portanto, que esta capacidade de alerta não se aplica ao económico, e isto, evidentemente, limita a abrangência do apoio prestado.

Quanto à Pegada Ecológica do Turismo, constata-se que a capacidade da ferramenta subsidiar a tomada de decisão é prejudicada pelo facto da informação gerada ser demasiado agregada. Metodologias com esta característica não interessam aos tomadores de decisões (Rutherford *apud* van Bellen, 2005) pois, segundo Partidário (2000) e Bossel (1999), quanto mais agregado é um indicador, mais distante está dos problemas em particular e maiores as dificuldades de articular estratégias de acção referentes a problemas específicos. Isto porque o alto nível de agregação das informações, expresso através de um único índice, faz com que as informações relevantes à tomada de decisão se percam no processo. Assim, concorda-se com van Bellen (2005) quando afirma que o método da Pegada Ecológica "aparenta ser pouco eficaz para influenciar o comportamento dos atores responsáveis pelo processo decisório".

Em suma, as características de cada um dos instrumentos analisados pode ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 | Síntese da análise dos instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo

Instrumentos	Categorias de análise						
	Visão de desenvolvimento sustentável				Comunicação efectiva	Capacidade de apoio à decisão	
	Social	Ambiental	Económico	Preocupação com as futuras gerações		Simplicidade	Significância
<i>Destination scorecard</i>	x	x			Facilmente apreendida pelo público	O contexto geral é facilmente apreendido	Informação gerada é irrelevante
Pegada ecológica do turismo		x					
Barómetro de sustentabilidade do turismo	x	x			Certa dificuldade de ser apreendida pelo público	O contexto geral não é facilmente apreendido	Informação gerada é relevante
Sistema de indicadores da Organização Mundial de Turismo (UNWTO)	x	x	x				
<i>Core set indicators</i> (CSI)		x					

6. Conclusões

Com vista a assegurar a sustentabilidade do turismo surgem determinadas ferramentas que se dizem preparadas para avaliar a sustentabilidade da actividade a partir de uma perspectiva objectiva. Neste estudo, foram considerados 5 destes instrumentos: *Destination Scorecard* do *National Geographic Traveler*, *Tourist Ecological Footprint*, *Barometer of Tourism Sustainability*, Sistema de Indicadores da UNWTO, e *Core Set Indicators of Sustainable Tourism* da Eurostat. Analisando cada uma destas metodologias a partir de três categorias (visão de desenvolvimento sustentável; comunicação efectiva e capacidade de apoio a decisão) que, segundo os Princípios de Bellagio, os instrumentos de avaliação da sustentabilidade devem possuir, chegou-se à conclusão de que, embora possuam as suas virtudes, nenhuma delas está verdadeiramente capacitada para avaliar a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Com relação à visão de sustentabilidade presente nas ferramentas, em nenhum dos casos observou-se uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações. Embora algumas das metodologias reconheçam que isto deve ser levado em conta, nenhuma, efectivamente, o faz (ao menos não de forma directa). Ainda com relação à visão de sustentabilidade, há uma característica comum

aos instrumentos analisados: todos eles destacam o lado “verde” da equação. A dimensão ecológica é absoluta na Metodologia da Pegada Ecológica; divide ao meio as atenções na metodologia do Barómetro de Sustentabilidade; está fortemente presente no *Destination Scorecard* e encontra-se descompensada (para mais) nos dois sistemas de indicadores analisados: o *CSI* da Eurostat e Sistema de Indicadores da UNWTO.

Quanto à comunicação dos resultados, entende-se que as metodologias consideradas mais aptas foram a da Pegada Ecológica, do *Destination Scorecard* e do Barómetro de Sustentabilidade. Isto porque utilizam uma forma criativa e original de representar a sustentabilidade, o que sempre acaba por ser uma mais-valia, sobretudo, porque tem a capacidade de informar o grande público através de uma linguagem simples e, com isto, chamá-los para a acção. Tal capacidade é interessante porque nega à audiência a justificativa de inação por desconhecimento ou por complexidade da mensagem transmitida. Isto é positivo porque responsabiliza o receptor como um agente activo para a mudança.

Por outro lado, melhor representação visual não significa, necessariamente, melhores informações ao processo de tomada de decisões. As ferramentas que se mostraram mais comunicativas (*Destination Scorecard* e Metodologia da Pegada Ecológica)

foram justamente as que menos possibilidades apresentaram para a tomada de decisões.

Diante de tudo o que foi discutido, fica evidente que ainda há o que se avançar em termos de ferramentas de avaliação da sustentabilidade para o turismo. Tal avanço, no entanto, somente será possível se houver uma maior dedicação da comunidade académica para assuntos desta natureza. Isto porque trata-se de um campo de estudo fundamental para dar substância à sustentabilidade do turismo, de modo que este não fique apenas no plano da retórica.

Bibliografia

- Bossel, H., 1999, *Indicators for sustainable development: Theory, method, applications: A report to the Balaton Group*, IISD, Winnipeg.
- CE – Comissão Europeia, 2007, Plano de acção para um turismo europeu mais sustentável, Relatório do grupo para a sustentabilidade do turismo.
- EC – European Communities, 2002, Early warning system for identifying declining tourist destinations, and preventive best practices.
- EC – European Communities, 2006, Methodological work on measuring the sustainable development of tourism, Part 1, Technical report.
- Foladori, G., 2005, Por una sustentabilidad alternativa, Secretaria Regional Latinoamericana de La Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines, Montevideo.
- Garrod, B., Fyall, A., 1998, Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, Vol. 19(3), pp. 199-212.
- Gössling, S., Hansson, C., Hörstmeier, O., Saggel, S., 2002, Ecological footprint analysis as a tool to assess tourism sustainability, *Ecological Economics*, Vol. 43(2-3), pp. 199-211.
- Graymore, M., 2005, *Journey to sustainability: Small regions, sustainable carrying capacity and sustainability assessment methods*, PhD thesis, Griffith University, Queensland.
- Hardi, P., Zdan, T.J., 1997, *Assessing sustainable development: Principles in practice*, IISD, Winnipeg, [<http://www.iisd.org/pdf/bellagio.pdf>], (Site accessed 8 de Outubro de 2007).
- Hunter, C., 2002, Sustainable tourism and the touristic ecological footprint, *Environment, Development and Sustainability*, Vol.4(1), pp. 07-20.
- Ko, T.G., 2001, Assessing progress of tourism sustainability, *Annals of Tourism Research*, Vol.28(3), pp. 817-820.
- Ko, T.G., 2005, Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach, *Tourism Management*, Vol.26(3), pp. 431-445.
- Moniz, A.I., 2006, *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*, Tese de doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Moran, D., Wackernagel, M., Kitzes, J., Goldfinger, S., Boutaud, A., 2008, Measuring sustainable development: Nation by nation, *Ecological Economics*, Vol.64(3), pp. 470-474.
- Parris, T, Kates, R., 2003, Characterizing and measuring sustainable development, *Annual Review of Environment and Resources*, Vol.28(1), pp. 559-586.
- Partidário, M.R., 2000, *Indicadores de qualidade do ambiente urbano*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- Partidário, M.R., 2004, Integração do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo nacional, *Jornal Água & Ambiente*, Vol.69, pp.26-27.
- Sadler, B., 1999, Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental, in Partidário, M.R., Jesus, J., (eds) *Avaliação do impacte ambiental: Conceitos, procedimentos e aplicações*, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Caparica.
- Simpson, K., 2001, Strategic Planning and Community Involvement as Contributors to Sustainable Tourism Development, *Current Issues in Tourism*, Vol.4(1), pp. 03-41.
- Tourtellot, J., 2007, *Destination Scorecard: 115 Places Rated. National Geographic Traveler*, [http://www.nationalgeographic.com/traveler/pdf/115_destinations_article.pdf], (Site accessed 12 December 2007).
- UNEP/UNWTO – United Nations Environment Programme/United Nations World Tourism Organization, 2005, *Making tourism more sustainable: a guide for policy makers*, UNEP/WTO, Madrid.
- UNWTO – United Nations World Tourism Organization, 2004, *Indicators of sustainable development for tourism destinations: A guidebook*, World Tourism Organization, Madrid.
- Van Bellen, H., 2005, *Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa*, Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Van den Bergh, J., Verbruggen, H., 1999, Spatial sustainability, trade and indicators: an evaluation of the "ecological footprint", *Ecological Economics*, Vol.29(1), pp. 61-72.
- Wackernagel, M., Rees, W., 1996, *Our ecological footprint: Reducing human impact on the Earth*, New Society Publishers, Gabriola Island.
- Wilson, J., Tyedmers, P., Pelot, R., 2007, Contrasting and comparing sustainable development indicator metrics, *Ecological Indicators*, Vol.7(2), pp. 299-314.
- WWF-UK – World Wildlife Found United Kingdom, 2002, *Holiday Footprinting: a practical tool for responsible tourism*, [www.wwf.org.uk/filelibrary/pdf/holidayfootprintingfull.pdf], (Site accessed 03 October 2007).